



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 10**

Sessão Ordinária de Fevereiro

4.ª Reunião de 17-03-2010

Aos dezassete dias do mês de Março de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Anabela Almeida Saraiva, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Júlio Campos Soares, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins e João Alberto Simões Barbosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa, e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela Almeida Saraiva e Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que a Presidente de Junta de Freguesia, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fez substituir nesta reunião por Júlio Campos Soares.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

### **PONTO 3. – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVEIRO.**

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

#### **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVEIRO**

Para a eleição de um representante da Assembleia Municipal de Aveiro, no Conselho Municipal de Educação de Aveiro, deu entrada na Mesa uma única lista de candidatura subscrita pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS/PP<sup>03</sup>.

Lista “A” com a candidatura de, Carlos Mário de Magalhães Anileiro (Presidente da Junta de Freguesia de Eixo), e a declaração para aceitação ao cargo.

Efectuadas as operações para a eleição por escrutínio secreto<sup>04</sup>, verificaram-se os seguintes resultados:

*Deram entrada na urna trinta e seis votos.*

*Votação:*

*Votos a favor Lista “A” 25*

*Votos Brancos 11*

Assim, o representante da Assembleia Municipal de Aveiro, no Conselho Municipal de Educação de Aveiro, é o Presidente de Junta de Freguesia, Carlos Mário de Magalhães Anileiro.

### **PONTO 4. – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.**

*(A proposta de recomendação foi agendada a pedido da bancada do BE, e a documentação distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>05</sup>, deu a palavra a um dos subscritores da proposta, que fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>06</sup>

*“Diz o Artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa: Estado de Direito Democrático.*

*A República Portuguesa é um Estado de Direito Democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.*

*Inspirados pelos princípios da Constituição da República Portuguesa, consideramos que o Orçamento Participativo se apresenta como um instrumento fiel aos princípios de um Estado de Direito Democrático. Assim, apresentamos à deliberação desta Assembleia a proposta de implementação do Orçamento Participativo.*

*Partimos para esta proposta com a consciência de que Portugal precisa de uma sociedade civil mais interveniente e consciente de si própria, sendo que a mesma tem de ser a primeira prioridade do sistema político. Partimos para esta proposta com a consciência de que a democracia só se pode fazer sem excluir ninguém, tornando-nos a todos donos do nosso próprio destino.*

*Independentemente da metodologia usada, um Orçamento Participativo tem sempre como principal objectivo aproximar os cidadãos da política real, permitindo-lhes uma maior e directa influência nas prioridades de investimento e na despesa económica.*

*Vivemos hoje em plena economia de mercado, sendo que toda a discussão política se confunde com ela mesma, o que quer dizer inevitavelmente que o modelo de democracia representativa é vulnerável à influência dos agentes económicos. Na verdade, na nossa opinião, é tão vulnerável que às vezes se transforma numa arma dos mesmos. A decisão política foge assim cada vez à sociedade civil, contrariando e fragilizando aquele que é o principal objectivo de qualquer sistema democrático: que cada cidadão seja um cidadão de pleno direito.*

*O Bloco de Esquerda recusa-se a baixar os braços perante a cada vez maior distância entre os cidadãos e a política. Recusamos também, por isso, que o nosso sistema democrático se resume a eleições de quatro em quatro anos, com um crescimento gradual na abstenção. Mas não se pense que o objectivo de aproximar os cidadãos da política é a única urgência, é também urgente aproximar os políticos dos cidadãos e dos seus problemas reais.*

*O Orçamento Participativo é um dos já reconhecidos instrumentos que se enquadram neste plano de intervenção pública activa, precisamente por isso o Bloco de Esquerda entende propor a este executivo que proceda a sua implementação já no Orçamento de 2011. E entendemo-lo fazer agora precisamente porque acabámos de discutir o Orçamento para 2010 e, assim, cumpre-se agora o máximo intervalo temporal entre este e o próximo Orçamento, dando à Câmara o tempo necessário para implementar esta medida. Sendo certo que, à semelhança da democracia, o Orçamento Participativo será aperfeiçoado ao longo dos tempos...mas para podermos aperfeiçoar algo temos de lhe dar início.*

*Entendemos propor traços gerais daquilo que pode ser um Orçamento Participativo, não queremos espartilhar os moldes daquilo que pode ser no futuro esta ferramenta. Mais do que traçar um quadro rígido daquilo que é entendimento do Bloco de Esquerda que deve ser um Orçamento Participativo, queremos dar horizontes largos a esta medida para que possa ser aperfeiçoada através de variados contributos. Contudo, entendemos que o Orçamento Participativo não deve ser um plebiscito, uma mera consulta à população que é chamada a decidir algo que já está decidido, tal constituiria uma negação daquilo que é a essência de um Orçamento Participativo que se pretende não só consultivo mas também deliberativo.*

*Distinguimos assim cinco grandes objectivos, a que não podemos ser imunes, para iniciar um Orçamento Participativo em Aveiro:*

*1- Que os órgãos políticos se apercebam mais facilmente das necessidades e das prioridades dos cidadãos.*

*O crescimento económico só faz sentido se for acompanhado pelo desenvolvimento social, e só há uma forma de ter plena consciência do que deve realmente ser feito para atingir esse desenvolvimento: solicitar a participação dos cidadãos e cidadãs na reflexão política, para que as suas maiores preocupações venham naturalmente à superfície.*

*2- Que os cidadãos se envolvam directamente na forma como se gasta o dinheiro público.*

*O dinheiro público é de todos, como tal é necessário um modelo de gestão que permita a todos decidir o que é feito com esse dinheiro.*

*3- Que as opções do poder político na forma como se gasta esse dinheiro sejam cada vez mais transparentes e legítimas.*

*A participação dos cidadãos e cidadãs no exercício político não só os inclui como também os responsabiliza, sendo por isso mais fácil organizar a sociedade civil de forma a aproximá-la dos mecanismos que devem fiscalizar o uso do dinheiro público.*

*4- Revigorar o sistema democrático.*

*Uma sociedade participativa é também, sem dúvida, uma sociedade onde a tomada de decisões está mais próxima da população, tanto pelos mecanismos que o permitam directamente como pela criação de condições sócio-económicas para o exercício dessas funções.*

*Este executivo tem aqui uma oportunidade para poder implementar algo que pensamos ser consensual e que constitui uma promessa eleitoral da coligação PSD/CDS.”*

Presidente da Mesa <sup>07</sup>

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>08</sup>

*“Nós podíamos fazer aqui um debate mais ou menos teórico, sobre as vantagens e desvantagens do orçamento participativo; e sobre a forma como esta questão do orçamento participativo, se tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, de forma a que aquilo que foi uma experiência concreta que surgiu em Porto Alegre no Brasil e que se alargou a várias cidades do Brasil sobre a égide do partido dos trabalhadores; e posteriormente foi sendo importado, extravasado, para outras situações concretas, curiosamente a título de algumas ideias anti-globalização, ou de algumas variáveis de concepções políticas, de concepção do estado diferentes daquelas que são dominantes.*

*Mas curiosamente uma experiência do orçamento participativo que tem recebido encómios e elogios por parte de estruturas fundamentais da globalização, como é o caso do fundo monetário internacional e do concelho europeu, etc, etc.*

*Está aqui um paradoxo que do ponto de vista teórico parece difícil de resolver. Mas nós podíamos teorizar sobre o que é que de facto se pretende, para chegarmos à conclusão que há vários modelos, - este é um chapéu de aba larga, debaixo do qual, cabem muitas coisas diferentes, desde a votação on-line de Lisboa, até outras coisas completamente díspares; podíamos continuar a especular.*

*No entanto, aquilo que nós temos que debater, depois de toda a especulação que possa existir, é uma proposta concreta.*

*Ora, eu não ouvi na intervenção inicial do orador que me antecedeu, da apresentação da proposta; uma defesa e uma justificação do texto concreto que é submetido à aprovação da assembleia municipal. Nós não vamos deliberar sobre questões vagas teóricas, vamos deliberar no concreto sobre uma proposta que tem uma formulação exacta. Correcta ou incorrecta, tem uma formulação.*

*Ora, não houve na intervenção da apresentação, uma fundamentação da proposta.*

*Não diz porquê; não diz porque é que tem que haver um fórum da cidade; porque é que o fórum da cidade substitui competências dos órgãos municipais; não diz como é que dá a volta a uma questão tão simples, como é o de esta assembleia não ter competências orçamentais, a não ser aprová-la ou rejeitá-la; como é que se contorna esta questão?*

*Portanto, há um conjunto de perguntas que deveriam ser evitadas através de uma intervenção inicial que fundamentasse aquilo que temos aqui à nossa frente.*

*Não tendo ocorrido, eu fico por aqui na espera que a segunda volta permita este esclarecimento.”*

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>09</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>10</sup>

*“Boa noite a todos. Em primeiro lugar gostaria de dizer o seguinte: em relação aquilo que o Bloco de Esquerda disse há poucos minutos atrás no púlpito desta Assembleia, devo dizer que concordo com tudo o que foi dito. O Bloco de Esquerda apresentou, enfim, um grupo de generalidades acerca de uma nova forma de governação. E aquilo que disse, disse bem. Começou logo por enunciar que a questão da democracia participativa é uma pedra angular da nossa Constituição da República e é verdade. Não está só no artigo 2.º, mas está em muitos outros artigos da Constituição. E portanto, o poder político deve prosseguir sempre na esteira da democracia participativa, que no fundo quer dizer, envolver os cidadãos na vida política e envolver os cidadãos na própria escolha. Isso é absolutamente pacífico. E portanto, a proposta de recomendação que para além do que nos foi dito nos foi entregue, eu genericamente concordo com ela até (e era isso que gostaria de ter ouvido do Bloco) à recomendação que*

*quer que a Assembleia dê à Câmara. E era esta recomendação que eu gostava de perceber — enfim deveria ser um bocadinho mais sistematizada, porque é trapalhona! Não se percebe bem o que é que se pretende. A Assembleia Municipal tem competências limitadas nesta matéria. E há ainda aqui outra questão que é fundamental — e é a pretexto dessa que eu acho que o debate deve ser feito. Que é o seguinte: esta maioria e o seu Presidente da Câmara assumiram perante os seus eleitores ou perante os eleitores aveirenses a introdução dessa metodologia que é o orçamento participativo. Aliás, é uma proposta política que o PS concorda. Porque aprofundar a democracia participativa através desta metodologia é positivo. Só que a introdução da metodologia do orçamento participativo tem ela própria um conjunto de pressupostos que nós temos que ver quais é que são. Nós na Assembleia Municipal é que vamos avaliar (se o executivo assim entender), mas tem de partir a proposta da maioria.*

*Ora bem, teria sido mais interessante para esta discussão que a própria Câmara Municipal se tivesse pronunciado sobre esta temática. Ou seja, perante uma proposta de recomendação que é redundante em face do programa político da maioria, era tentar perceber quando é que a maioria quer por em prática esse seu compromisso perante os seus eleitores e como é que quer fazer a implementação dessa metodologia — isso é que me parece relevante.*

*Agora é evidente que nós vínhamos todos preparados para tecer grandes teorias acerca da questão dos conceitos, das fases, da implementação, da prestação de contas, das bases das dimensões que tem o orçamento participativo. Enfim, podemos fazer essa discussão mas sendo que ela não é frutífera.*

*Agora da parte do Bloco de Esquerda, devo confessar, que estava à espera de muito mais. Até porque no mandato passado o Bloco Esquerda fez exactamente uma recomendação neste sentido, com um PowerPoint absolutamente desclassificado, com erros graves acerca da metodologia. Desta vez corrigiu isso e apresentou-nos um texto bem redigido em que de facto os pressupostos estão correctos. Agora, a implementação daquilo que quer propor em específico, só poderia merecer o meu acordo, se o Bloco de Esquerda pudesse explicar bem o que é que pretende com isto e o que é que quer exigir (se é que de exigência se pode falar) ao executivo!?*

*Portanto eu aguardaria para a segunda volta, depois de uma reflexão sobre isto, porque eu gostaria muito, isso sim, de ouvir o Senhor Presidente e a Câmara.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [011](#)

*“Muito sinteticamente gostaria de dizer que estou basicamente de acordo com o conteúdo das intervenções que me antecederam, penso que são eloquentes, e de facto não me parece que uma proposta deste tipo tenha pernas para andar tenha cabeça, tenha membros.*

*É um conjunto de declarações políticas, talvez românticas, mas que não têm qualquer aderência à realidade; se calhar estará mais próximo de um conceito de democracia directa, do que propriamente do que nós pretendemos e entendemos como a necessária participação de um conjunto de cidadãos e de instituições, de facto na elaboração das grandes linhas de orientação que devem nortear o município.*

*Portanto, um orçamento participativo, na verdade não tem nada a ver com aquilo que aqui foi apresentado, que não tem substância, não tem conteúdo e para mim, não passa de uma mera declaração de intenções, muito agradável, apenas para passarmos aqui um bocado da noite.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [012](#)

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

*“Sobre o assunto em causa considero a proposta descabida. Existe um compromisso desde 2006 entre o actual executivo e os municípios do concelho alargado às Juntas de Freguesias, às Associações com o objectivo de definir novas prioridades nas Grandes Opções do Plano.”*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>014</sup>

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>015</sup>

*“Aproveitava também para dizer, que fui eleito Presidente da freguesia de Santa Joana e é nessa qualidade que me encontro aqui e será sempre neste lugar que defenderei a freguesia de Santa Joana e o concelho de Aveiro.*

*Enquanto ao líder político, gostaria de lhe dizer que não é nesta casa que procurarei fazer política partidária pois actualmente de discursos e retóricas está o povo cheio.*

*Entendo que a política de hoje deve ser feita com trabalho forte e junto dos cidadãos.”*

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>016</sup>

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) <sup>017</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>018</sup>

*“Hoje e mais uma vez, estamos aqui para analisar uma proposta de recomendação agendada pelo Bloco de Esquerda; partido muito interventivo neste tipo de iniciativas, mas que muitas vezes não passam de apontamentos estéreis de conteúdo e de eficácia.*

*Mas enfim, são maneiras de ser e de fazer política, pontualmente, ainda vão dando algum protagonismo, embora de eficácia duvidosa.*

*Quanto ao documento, e só ao documento em análise, subscrevo as palavras do deputado Pedro Pires da Rosa; - concordo integralmente com o documento, até às recomendações e é também onde ele pára.*

*Quanto às recomendações, e a essa segunda parte, portanto, à implementação da proposta gostaria de dizer, que no PSD, nesta bancada, também somos a favor da elaboração de orçamentos participativos; o que somos frontalmente contra é aos pressupostos acrescentado e aos considerados de recomendações, acrescidos á dialéctica do orçamento participativo.*

*Hoje é sobre o orçamento participativo, orçamento do executivo da câmara municipal de Aveiro. Orçamento que deve conter as opções programáticas e eleitorais dos partidos que a elegeram com maioria confortável. Repito, com maioria confortável!*

*É uma proposta francamente bem redigida, mas que recomenda: constituição de uma comissão à qual caberá definir a incidência do orçamento participativo no que diz respeito à percentagem do orçamento global.*

*Então uma comissão não eleita, eventualmente discordante da representatividade dos eleitores, é que vai definir a percentagem do orçamento participativo no contexto do orçamento global? É excelente!*

*O Sr. Presidente repare: se esta comissão entendesse, que o orçamento participativo tinha que ter a percentagem de 70%, 80% ou 90% ou a totalidade, excelente! O Dr. Élio até podia poupar uns cobres e despedir a vereadora das finanças, pois não tinha que lhe dar que fazer. A dita comissão fazia o orçamento do executivo em valore se opções de investimento. Isto é sério?*

*Depois de definir a constituição e o modo de um fórum da cidade, ao qual caberá a discussão do orçamento em investimentos e projectos transversais; como por exemplo a organização da cidade; o desenvolvimento urbano e ambiental; o desenvolvimento económico e tributário, da educação, da saúde, da acção social, da mobilidade e dos transportes, da cultura, do desporto e lazer. Enfim, esta abençoada comissão, não representativa do poder, mas sim da população, - dizia eu, esta comissão definia as grandes opções do plano, os investimentos estratégicos para a cidade em todas as áreas e mais uma vez, fico com a convicção que o Dr. Élio tinha que despedir mais um ou dois vereadores! Mas enfim, podia ser que diminuísse a folha mensal dos vencimentos da câmara, o que nem tudo era mau.*



*Será que isto é sério?*

*Depois cabia a esta comissão não representativa da democracia, definir outras questões pertinentes do quadro da implementação, do orçamento participativo, não fosse escapar alguma coisa ao executivo democraticamente eleito, - meter o “bedelho” onde não era chamado, no orçamento da câmara municipal. Será que isto é sério?*

*Mais, numa segunda fase, criar-se ia mais uma comissão, não forçosamente a representativa do voto popular, agora denominado Gabinete do Orçamento Participativo com a função de por em prática e assegurar o funcionamento do dito orçamento participativo, nos moldes definidos pela dita comissão. Não vão eventualmente, os marotos dos vereadores do executivo não fazer aquilo que esta comissão não representativa lhes mandar; mas as instalações, os meios e os materiais devem ser garantidos, assim como as respectivas senhas eventualmente, de presença, pela câmara municipal. Será que isto é sério?*

*Então, e quem é eleito? Não tem o direito a ter opções políticas ou não tem direito de cumprir e implementar o programa que propôs em campanha eleitoral. Isto é sério?*

*Para terminar, a cereja no cimo do bolo. A Assembleia Municipal deverá ponderar o seu sentido de voto em futuras GOP's da câmara municipal de Aveiro, baseando-se não só mas também na apreciação da acção do executivo no sentido da concretização desta recomendação. Será que isto é sério?*

*Sabe Senhor Presidente, pode fazer um bom e bem elaborado orçamento, pode cumprir todas as promessas eleitorais que fez em campanha; pode cumprir toda a legislação em vigor; pode ouvir os partidos da posição e da oposição, pode fazer uma consulta pública e auscultar toda a gente; pode fazer tudo muito bem feito; mas Dr. Élio se não cumprir o que uma Comissão lhe mandar fazer; e se não cumprir o que um gabinete de orçamento participativo lhe indicar, então nós membros da Assembleia Municipal vamos chumbar as suas propostas, que no fundo são as propostas da maioria desta Assembleia.*

*Votarei contra esta proposta e não contra a elaboração do orçamento participativo.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) <sup>019</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>020</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) <sup>021</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>022</sup>

*“Eu contrariamente a todos os que falaram até agora, uns porque o têm no programa, outros porque o defendem, eu não sou grande fã do orçamento participativo. Talvez porque tenha sido formatado politicamente numa outra época. Eu fui formatado na época da defesa da democracia representativa; democracia participativa sim, mas representativa e nomeadamente por representação partidária; porque como é óbvio ainda sou do tempo em que não os havia, os partidos.*

*E não gosto muito, muito sinceramente, - mas isto são coisas de velho, de tudo isto que me cheira a democracia directa. Já tivemos alguns exemplos no nosso país, nos quartéis, na política até, e todos eles, enfim, não foram muito bem sucedidos.*

*De qualquer forma, e depois além do mais o orçamento participativo para mim é confuso, porque não distingue muito bem o que é político, o que é que técnico, o que é que é estritamente administrativo, e até o que é que deve estar sujeito, à decisão comunitária.*

*De qualquer forma, o orçamento participativo, ou os orçamentos participativos estão hoje na ordem do dia, e há inúmeras autarquias, inúmeros órgãos autárquicos, que os utilizam, de todos os quadrantes políticos, ao que sei, com a excepção do Bloco de Esquerda, porque há do CDS ao PCP, passando pelo PSD e pelo PS, há várias autarquias a utilizar o orçamento participativo, e digamos que alguns o utilizam com êxito. Com êxitos comprovados diga-se a verdade!*

*E portanto, isso amolece um pouco esta minha ideia inicial de não gostar muito do orçamento participativo. É um mecanismo democrático, permite influenciar, mais influenciado do que decidir, sobre os orçamentos públicos, geralmente os orçamentos de investimento, das câmaras municipais ou das juntas de freguesia, embora normalmente e dos casos que conheço o é, seja consultivo, e não seja vinculativo.*

*E obviamente, incidindo apenas sobre uma pequena parcela dessa parte do orçamento, que é o orçamento dos investimentos, parte dos investimentos.*

*Mas como todos os mecanismos, eu acho que têm como todos os mecanismos têm, o seu lado negro da força, que é, em primeiro lugar, fazer crer aos cidadãos e nomeadamente aqueles que participam no orçamento participativo, que o presidente da câmara e os vereadores são apenas técnico, e estão ali em pé de igualdade com eles ali a tomar decisões técnicas, quando obviamente eles não estão para tomar decisões técnicas, eles estão para tomar decisões políticas sobre pareceres técnicos e como é normal, nós estudamos tudo isso nas teorias da liderança, o próprio envolvimento dos cidadãos neste processo; mesmo que muitas vezes não seja aceite, de qualquer das formas vai-lhe votar os sentidos, relativamente à posição política, essa verdadeiramente política dos dirigentes autárquicos.*

*Isto é, os dirigentes autárquicos normalmente utilizam isto, e vejam que num ano eleitoral, normalmente, os orçamentos participativos são aos milhares, e efectivamente florescem, porque obviamente é uma forma simpática de chegar ao eleitorado e de convencer o eleitorado de que estão a governar bem, principalmente, se algumas das propostas que eles fizeram, por mínima que seja, for aceite por esse mesmo órgão autárquico, nomeadamente uma câmara.*

*De qualquer maneira, não tenho qualquer objecção de fundo à existência dos orçamentos participativos; as expectativas e as experiências até ao momento parecem-me positivas, e gostaria de pelo menos, a título experimental, que fosse adoptada pelo actual executivo, conforme ele nos prometeu, ou conforme prometeu aos aveirenses, no programa eleitoral com que se candidatou.*

*Obviamente tomarei toda a atenção nessa altura para estes aspectos que aponte, no entanto, acho que esta proposta do Bloco de Esquerda, é muito vaga, é completamente vazia e não concretiza aquilo que efectivamente pretende, pois o orçamento participativo pode obviamente ter múltiplas formas e funções, e portanto, nada diz como é, timing', etc., etc., portanto, é uma coisa um pouco vazia e sem qualquer significado.*

*Mas penso que este executivo não tem quaisquer condições, nem o desejo, de fazer obviamente qualquer orçamento participativo. São obviamente linhas que se deixam no programa eleitoral, mas que nunca pensaram ser cumpridas, aliás pelo que vejo, nem os próprios membros desta assembleia municipal que foram eleitos pela coligação, sabiam da existência desse desiderato no programa eleitoral dessa coligação.*

*De qualquer forma queria aqui deixar um testemunho, para tornar mais forte a ideia de que este executivo não quer de forma nenhuma implementar o orçamento participativo, da forma como este executivo, nem sequer cumpre a lei no referente ao orçamento. E só para que fique em memória, eu relembro aquilo que se passou o ano passado.*

*Eu, num dia à tarde, talvez 5, 6 horas da tarde fui contactado por uma funcionária da câmara, penso que a Dra. Maria João Moreto (penso que é assim que se chama), para dizer: “O senhor presidente da câmara quer apresentar e discutir consigo, porque o senhor é o líder do partido, o orçamento para o ano que vem”; e eu disse, sim senhor, gostaria muito de o fazer. – Então quando é? – Amanhã. Amanhã?! Sim, amanhã. Muito bem, então o que é que vamos discutir, o orçamento? A senhora manda-me o orçamento antecipadamente? – Não posso. Não tenho autorização para isso. Então mas vamos discutir o quê? Vou ouvir o Dr. Élio Maia ou o Eng.º Carlos Santos a explicarem-me o orçamento? Assim de um dia para o outro!*

*Aqui está como as pessoas dão tão pouca importância a um documento que o fundamental para a gestão de uma autarquia no ano.*



*É obvio que eu disse à Dra. João Moreto que isto ainda era Aveiro e não era nenhuma cidade do Botswana, e propus-lhe que essa discussão fosse feita passado dois dias, que me mandasse o texto e que fosse feita na semana seguinte, ao que me disseram que nessa altura estariam todos os membros da câmara perfeitamente indisponíveis para o fazer e portanto eu, como é obvio, e como pessoa de bons costumes, recusei-me liminarmente a participar numa palhaçada desse tipo.*

*Acontece que uma câmara que fala e manda telefonar aos membros como é obrigatório por lei, aos membros dos partidos políticos, representados na Assembleia Municipal, para uma coisa dessas e o faz desta maneira, imaginem o que fará, ou se algum dia tem alguma condição para fazer um orçamento participativo.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>023</sup>

*“Estamos perante mais uma recomendação do Bloco de Esquerda, que já nos habituou nestes últimos tempos a trazer recomendações a esta Assembleia e algumas delas repetidas.*

*Já aconteceu numa assembleia anterior, vir uma recomendação repetida, aqui volta novamente o Bloco de esquerda a insistir num tema que já tinha trazido a esta assembleia e que sobre a qual nós próprios já nos tínhamos pronunciado.*

*Apresenta um conjunto de considerandos, e depois faz um conjunto de propostas. E o engraçado disto, é que, uma coisa são os considerandos e que em termos de teoria até parece haver muita coerência, só que depois o problema está na prática. E por isso, teoria muito bem, na prática é uma grande chatice.*

*E isto reflecte-se a vários níveis, eu podia dar-vos até vários exemplos. Um exemplo que gosto de dar, aliás, que quando leio estes textos, - ainda há bocadinho disseram que está bem escrito; está, mas escusavam de estar sempre a repetir os cidadãos e as cidadãs, os cidadãos e as cidadãs, ou seja, ficávamos nós... para mim o português tem formas e tem regras, e isto o que é que quer dizer: bem, quem ouve diz assim, - quer dizer que o Bloco de Esquerda dá uma grande participação às mulheres, às cidadãs. Pois é, só que o que nós vemos aqui nesta Assembleia? – Dois homens sentados na bancada e as mulheres na coxia. É isto o exemplo do Bloco de Esquerda.*

*Este é um exemplo de outros exemplos práticos que o Bloco de Esquerda já nos habituou. Por exemplo, quer comissões. Mas quer comissões para quê? Quer comissões para discutir alguma coisa ou quer comissões para depois dar o fora? Já tivemos exemplos disto. E por isso, vamos lá ver, entendemo-nos em quê? Afinal em que é que o bloco de esquerda pretende? Bom, aquilo que me parece que o Bloco de Esquerda pretende é protagonismo, para nós estarmos aqui a discutir mais uma vez uma proposta, que eu nem sei se o Bloco de Esquerda concorda com ela, porque aquilo que me pareceu, daquilo que foi a sua fundamentação é que afinal se calhar nós até estamos todos de acordo e se calhar esta proposta até poderá ser votada e reprovada por unanimidade, porque me parece que o próprio Bloco de Esquerda não subscreve as propostas que acabou de nos fazer, porque não as defendeu; porque realmente nem as pode defender, porque são propostas completamente absurdas, porque, para já quando diz: “ quer que se inicie a pratica de elaboração”; o Bloco de Esquerda já devia saber, por aquilo que até já foi dito por outros partidos da Oposição aqui nesta Assembleia que a câmara tem intenções e já iniciou este processo do orçamento participativo; é que isto do orçamento participativo tem muito que se lhe diga, há muitas formas de iniciarmos essa participação. Porque isto do orçamento participativo, como também já foi dito, - e se calhar muito bem, tem que ter as suas regras, porque realmente a nossa democracia está baseada nos partidos, já aqui foi dito, mas devemos dar lugar aos cidadãos, - também devemos dar lugar aos cidadãos e deve haver espaço para todos, deve haver a participação de todos com regras são essas regras que é preciso saber. E por isso que nós devemos ter cuidado com as propostas que nós fazemos.*

*O Bloco de Esquerda quer uma comissão. Mas já impõe regras à comissão, já diz o que é que a comissão vai fazer, ou seja, um pequeno partido que tem dois acentos nesta Assembleia quer condicionar uma assembleia que tem quarenta e um membros. É isto que o Bloco de Esquerda quer! Se calhar quer, se nós aceitássemos!*

*Se nós com base nestes primeiros considerando dos cidadãos e das cidadãs e dos eleitores e das eleitoras, se estivéssemos de acordo; e até estamos, agora o problema é que nas propostas em concreto não podemos estar de maneira nenhuma. E depois caímos nesta proposta final do Bloco de Esquerda.*

*Quer dizer: - só se nós estivéssemos completamente cegos, é que nós podíamos aceitar alguma coisa e por isso é que não percebo o que é que o Bloco de Esquerda veio fazer com esta proposta a não ser realmente, querer criar protagonismo, quando diz que a “Assembleia municipal deverá ponderar o seu sentido de voto em futuras grandes opções do plano da câmara de Aveiro, baseando-se não só mas também na apreciação da acção do executivo no sentido da concretização desta recomendação”.*

*Quer dizer, era o que faltava, então agora nós estamos aqui, nós somos membros eleitos e agora íamos ficar subordinados a uma proposta do bloco de esquerda. Não, não! Tem que ser de acordo com aquilo que o Bloco de Esquerda quer. Isto não é democracia! Democracia é nós respeitarmo-nos uns aos outros; nós somos maioria, gostamos muito de ouvir a minoria, mas queremos que a minoria se cinja ao seu próprio espaço; e por isso essa minoria não esteja agora aqui a propor-nos ideias completamente absurdas na sua forma de implementação. A teoria em termos de doutrina está bem, eu até gosto de ouvir a doutrina do Bloco de Esquerda, é pena o Nelson Peralta era melhor nestas coisas do que os dois elementos que agora aqui estão, porque tinha a sua retórica e eu gostava de o ouvir e percebia-o. Agora aqui eu não percebo bem a doutrina.*

*E por isso era bom que pelo menos explicasse essa doutrina que está por trás das vossas ideias e depois, que procurassem essa concretização, e é essa concretização que não vem.*

*É muito fácil nós dizermos, que deve haver uma percentagem do orçamento global para a participação dos cidadãos. É muito fácil nós dizermos isto, mas na prática, como é que isto funciona? Como é que nós devemos ouvir os cidadãos? Devemos ouvir os cidadãos avulso ou devemos ouvir os cidadãos integrados em associações ou devemos ouvir os cidadãos integrados em partidos que não têm representação nesta Assembleia? Como é que nós devemos fazer esta participação? Como é que nós devemos conciliar aquilo que são ideias muito díspares de diferentes cidadãos, de diferentes interesses?*

*Era isso que era importante. Quando aqui falam na elaboração do plano estratégico da cidade: - que plano estratégico da cidade é este? O de 97? O que foi aprovado? Um futuro plano estratégico, que queiram vir a criar? Quer dizer, o problema é que me parece que misturam demasiadas ideias, misturam propostas que não se percebe bem o que é que pretendem, e por isso a minha conclusão é que não pretendem nada, pretenderam criar um facto, pretenderam que nós viéssemos para esta Assembleia discutir este ponto, aqui nós fizemos, agora pelo menos já vos fizemos esse favor de virmos todos para a Assembleia discutirmos este ponto, façam-nos também outro favor e votem também contra a vossa própria proposta.”*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>024</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>025</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>026</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>027</sup>

“Só uma nota breve em relação a este assunto.

*O Orçamento Participativo é um bom projecto; é positivo e parece-nos que esse é o caminho que no futuro devemos trilhar.*

*Por isso, um dos nossos compromissos eleitorais, no nosso manifesto, na página 23 o primeiro compromisso que nos assumimos foi este: “divulgar o orçamento participativo e aperfeiçoar a metodologia de maneira a favorecer a participação dos cidadãos”. Este é o compromisso que nós assumimos nos nossos compromissos eleitorais.*

*O Orçamento Participativo é positivo, mas é como uma moeda: tem duas faces! Tem a face boa e pode ter também uma face menos boa. E ela pode minar o Orçamento Participativo, aquela que é a essência universalista que preside ao regime democrático. Um projecto destes que não seja muito bem preparado, muito bem pensado, muito bem estruturado, pode favorecer grupos, pode favorecer um conjunto de meia dúzia, uma dúzia de cidadãos, que com mais capacidade de luta e persistência, possam inverter tudo aquilo que é essência do próprio regime democrático.*

*Por isso, este projecto do Orçamento Participativo exige cautela, exige prudência, e exige uma alargada experimentação para que não venhamos a cair num erro desses e depois não possamos emendar esse erro que foi cometido.*

*Nesse sentido e procurando concretizar esse compromisso e procurando iniciar essa caminhada para esse percurso, no primeiro mandato nós destacamos um técnico cuja missão foi recolher experiências já vivenciadas noutros municípios do país e mesmo no estrangeiro.*

*Recentemente tomámos a iniciativa de solicitar ao senhor Prof. Jorge Arroiteia um estudo aprofundado em relação a esta temática, de forma a que possamos ficar em posse de mais elementos para podermos reflectir. Posso dizer-vos por exemplo que, em relação a esse estudo sério e profundo que já nos fez chegar, levanta sete questões para as quais precisa agora de respostas para poder concretizar mais o trabalho.*

*Quer dizer que neste momento estamos a avaliar aquilo que são experiências já em curso, em diferentes municípios do nosso país: Estamos a avaliar e a procurar respostas para essas sete questões que o Prof. Jorge Arroiteia nos colocou, para ver se a partir daí conseguimos elaborar um documento.*

*Documento esse que pelo menos em termos de filosofia, temos defendido que seja um documento para pelo menos dez anos. A ideia é que quando ele vier aqui à Assembleia defina um prazo de concretização no mínimo de dez anos, de forma a que vá atingindo, vá percorrendo diversas fases. Porque há aqui questões importantes de forma a que o município fique comprometido nessa caminhada pelo menos para um percurso de dez anos.*

*E será esse o documento. Quando estiver finalizado que naturalmente virá aqui à assembleia para ser analisado, discutido, e naturalmente votado para que dessa forma possa comprometer essa caminhada para o futuro.*

*De qualquer forma, fica sempre esta certeza, como dizia o Prof. Manuel António: queremos partir de um orçamento participado para ver se conseguimos encontrar o melhor caminho para no final podermos ter então um Orçamento Participativo.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

*“Em primeiro lugar gostava de humildemente fazer um pedido de desculpa à bancada do PSD e do CDS. E como tal vou pedir desculpa! - Peço desculpa por ter levado a sério a proposta da coligação “Juntos por Aveiro” no seu programa eleitoral.*

*Peço desculpa por ter acreditado que quando faziam o programa eleitoral o estavam a fazer a sério e prometeu que nunca mais acredito nisso.*

*Portanto está o meu pedido de desculpas feito. Vou ler o ponto 3, outra vez, do vosso programa eleitoral.*

*Ponto 3 - Reforçar a cidadania. Ponto 3.1 -Divulgar o Orçamento Participativo e aperfeiçoar a metodologia de maneira a favorecer a participação dos cidadãos — Isto está no vosso programa e eu estou-vos a dizer porque pelos vistos não sabem!*

*Agora percebi que há aí uma grande confusão. Porque há quem não saiba que isto vem no vosso programa; há quem saiba. Há quem seja completamente contra o orçamento participativo e há quem diga até que ele já começou a ser feito, mas para daqui a dez anos!?*

*Eu cheguei a ouvir dessa bancada que um orçamento participativo é meter o “bedelho nos negócios da Câmara”!? É meter o bedelho!?*

*Fico totalmente elucidado sobre a vossa definição não só de orçamento participativo, mas também de democracia. E já percebi que estão muito longe de perceber o que é isso.*

*Para o deputado António Coimbra é: - vocês aí os dois, fiquem no vosso espaço, e não falem muito, falem de acordo com o número de deputados que têm!*

*Eu não sei se os deputados do PSD, numa Câmara do Alentejo estão caladinhos — mas se estiverem fazem mal porque se estão a ocupar uma cadeira e não a afirmar as suas convicções políticas.*

*Quanto às bancadas do PSD e do CDS acho que o melhor é ficar por aqui e não tenho mais nada a dizer. A não ser que ficou aqui registado que a Câmara já começou a fazer o orçamento participativo apesar de não o ter dito a ninguém e apesar de se terem manifestado contra.*

*O executivo acabou de dizer que é um bom projecto. Eu concordo que é um bom projecto e portanto, como já percebi que vão votar sem sequer saber o que se está a votar quero dizer que vou ficar à espera desse projecto da Câmara.*

*Relativamente às críticas da bancada do PS e do PCP, acho que fazem sentido, não há um método aqui apresentado por nós, mas não há um método de propósito precisamente porque nós queríamos fazer isto participadamente e porque achamos que se deve fazer participadamente. A questão que está aqui colocada por nós é uma questão política — e era isso que nós queríamos aqui.*

*Agora eu quero saber se as vossas bancadas são capazes de discutir política ou não?*

*O que nós queremos aqui e é legítimo que nós o façamos aqui, é aprovar o princípio. É saber se os senhores deputados são contra ou a favor deste princípio? Isso está muito bem claro na proposta.*

*Aceito que a nossa proposta não apresente esse procedimento metodológico. Não apresenta de propósito! Vamos lançar a discussão. Agora eu pergunto, vocês querem fugir à discussão ou querem discutir isto a sério?*

*Do lado direito eu já percebi que querem fugir à discussão — estou curioso sobre a bancada do PS e do PCP.*

*O orçamento participativo, isso toda a gente sabe, pode ser aplicado numa primeira instância apenas com 0,25% do Orçamento. Isso aconteceu em várias cidades do Brasil. O que eu quero saber é se vocês estão contra ou se estão a favor? Há muitos casos históricos onde nós podemos ir beber para encontrar um processo metodológico: - vocês querem fazer isso ou não? Parece que não!”*

Vogal João Pedro Dias (BE) <sup>029</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>030</sup>

Vogal António Salavessa (PCP) <sup>031</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>032</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>033</sup>

*“Bem, eu nem sei bem como começar porque isto esmaga-me um bocado o tipo de discussão que estamos aqui a ter. Eu não vou aqui tentar esclarecer aqui alguns conceitos porque eu*

*acho que é uma perda de tempo e portanto vou passar ao caso prático para ver se nós conseguimos todos perceber do que é que estamos a falar quando dizemos e quando propomos uma metodologia de orçamento participativo. Nós subscrevemos quase na íntegra aquilo que o deputado Salavessa aqui disse. De facto se o Bloco tinha a verdadeira intenção de consciencializar algo que tivesse a ver com a implementação do orçamento participativo, não teria feito isto deste modo — como é evidente.*

*Agora o Salavessa também nos dá aqui o exemplo da Câmara de Lisboa. E é exactamente isso que eu aqui trouxe a título de exemplo. E guardei isto para a segunda intervenção porque queria ouvir o Senhor Presidente da Câmara. Mas fiquei perplexo com aquilo que disse: “uma proposta a dez anos”?! Meus senhores, isto não é dez anos. Ou se faz ou não se faz. Ou faz com uma metodologia participativa muito complexa ou pouco complexa. Agora isto não é para implementar a dez anos. Ou se faz ou não se faz. E o Senhor Presidente tem de assumir esse compromisso. Se faz ou não faz e quando. Para entretanto sabermos.*

*Mas só para terem uma noção podem ir ai site da Câmara Municipal de Lisboa, até porque o orçamento participativo de Lisboa tem duas particularidades. A primeira é por ser uma Capital e há muito poucas capitais de países com orçamentos participativos. Segundo porque o orçamento participativo em Lisboa tem a vantagem de ter a assumpção política do seu presidente de Câmara. Aliás, teve se calhar o efeito subversivo de ser o “canil” o mais votado, mas teve também a vantagem dos cidadãos se mobilizarem não só para a questão do canil, mas também para a questão do coreto, para a questão dos km de pistas cicláveis que vão ser construídos, e a forma engenhosa como se deu a volta ao principio da não consignação do orçamento. Isso é que é interessante.*

*Mas só para os senhores terem uma perdição do que falamos, aqui tem as normas de participação em que são o âmbito territorial, o tema do orçamento participativo, quem pode participar, em que âmbito se pode participar, que tipo de propostas pode apresentar, se o pode fazer pela internet ou pessoalmente, se pode participar individualmente ou através de uma associação de cidadão, enfim. Tudo isto tem de estar definido e claro desde o início do processo para que todos possamos cumprir as regras. E mais, e aqui é que entra a solução política. Foi levada uma proposta à Câmara de Lisboa, que é esta que tenho aqui na minha mão, que é assinada pelo presidente e pelos vereadores, em que eles têm um conjunto de considerandos com ao quais estou seguro todos os senhores concordam, em que se assume a carta de princípios do orçamento participativo município de Lisboa.*

*E é esta assumpção de princípios que é conveniente que seja ampla, consensual e clara, não só perante os políticos como também perante os cidadãos.*

*Isto é que vai constituir o lastro e o estímulo à participação dos cidadãos na vida política.*

*É evidente que umas das boas práticas que estão identificadas no orçamento participativo, é a melhorar relação entre a Câmara e a Assembleia Municipal. Mas no âmbito do orçamento participativo e da implementação desta metodologia, é o executivo que tem de puxar pelo processo não é a Assembleia.*

*É o executivo que tem de dizer qual é o montante do seu orçamento que pode ser avocado a essa metodologia.*

*Um exemplo muito simples para todos perceberem. Em Sevilha o orçamento participativo constitui um por cento do orçamento global do município. Isso dá uns larguíssimos milhões de euros como podem imaginar porque o orçamento de Sevilha é gigantesco comparável ao da Câmara de Lisboa.*

*Ao orçamento participativo de Lisboa, só para terem uma ideia, são alocados cinco milhões de euros. E desses cinco milhões elencam-se obras até esse plafond e depois no fim são prestadas contas. Nós estamos a falar de uma percentagem mínima dos Orçamentos. E portanto aqui a pergunta que se devolve à Câmara é: quando implementarem o orçamento participativo que percentagem do Orçamento da Câmara é que os senhores vão avocar a este orçamento? Quantos milhões é que são? Essa é que é a discussão interessante para nós podermos definir.*



*E depois há uma outra questão que é fundamental no âmbito do orçamento participativo, que é a prestação de contas.*

*Não vale que eu venha pedir a alguém participar de alguma coisa se não lhe disser depois que a obra está concluída ou se a obra não está concluída ou porque é que isso ainda não aconteceu. E esse envolvimento é que é importante que se faça.*

*Para terminar. O orçamento participativo não é uma metodologia milagrosa. O orçamento participativo não resolve o problema da participação política dos cidadãos. Mas dá um contributo. Há outros tipos de metodologias como no âmbito do planeamento (nós em Portugal temos pouca cultura de planeamento), há planeamento participativos, há mesmo casos em Itália perfeitamente identificados destas situações que seriam também interessantes nós também podermos pensar neles.*

*Aconselhava de facto os senhores deputados a darem uma vista de olhos nos sites das Câmaras de Lisboa, Odivelas, Palmela, São Brás de Alportel, porque encontraram boas práticas de orçamento participativo. Diferentes entre si (porque isto não é pronto a vestir), que se adaptam à idiossincrasia do território. Mas o que é importante é que haja a assumpção política destas matérias. No lastro tem de haver assumpções políticas destas ideias e destas vontades de participação.*

*Depois tem de haver uma condição institucional. Toda a máquina e organização da Câmara tem de estar mobilizada para esse objectivo para ele ser credível.*

*E depois tem de haver condições técnicas. E condições técnicas são uma unidade orgânica que esteja adstrita a essa função.*

*É evidente que implementar essa organização custa dinheiro. Mas do meu ponto de vista essa é uma despesa reprodutiva que vale a pena os municípios gastarem.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>034</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>035</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) <sup>036</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>037</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) <sup>038</sup>

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>039</sup>

*“O Dr. Nuno Marques Pereira certamente já não se lembra como as Juntas de Freguesias participavam no passado na elaboração das Grandes Opções do Plano. Eu relembro-lhe: Todas as Juntas de Freguesia eram convocadas às 11h00 para até às 14h00 do mesmo dia darem o seu contributo. Às 15h00 o mesmo Plano era aprovado em reunião de Câmara. Acha que isto é participação?!”*

*Actualmente existe um maior respeito pelos cidadãos, pelas Juntas de Freguesia, pelas Associações permitindo a participação de todos na elaboração do Documento.*

*Na última Assembleia onde se discutiu o Plano estratégico algum deputado com acento nesta Assembleia há alguns anos se lembra de algum plano ter sido debatido na Assembleia Municipal. Quantas vezes os membros da Assembleia solicitaram o Plano Pormenor do Centro e das Glicínias sem sucesso. Reconheço que não têm moral para discutir estes assuntos, pois o anterior executivo nunca os disponibilizou.*

*Aproveito para contar um episódio: no passado, quando andávamos a discutir a futura avenida de ligação à Nacional 109 ao centro da freguesia de Santa Joana, quando questionado muitas vezes pela população que desejava ver o traçado foi-me dito, pelo então presidente da câmara, que só viria o projecto se fosse obrigado pelo tribunal.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>040</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) <sup>041</sup>



Vogal João Pedro Dias (BE) <sup>042</sup>

De seguida, o Presidente da Mesa<sup>043</sup>, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, a pedido da bancada do PS.

**Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa<sup>044</sup> colocou à votação o Ponto 4. – Proposta de Recomendação – Orçamento Participativo, sendo o mesmo rejeitado por maioria, com vinte e três votos contra (PSD15+CDS7+IND1), onze abstenções (PS10+IPCP) e dois votos a favor (BE2).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Ivar Corceiro (BE) <sup>045</sup>

*“O Bloco de Esquerda tentou trazer a esta Assembleia uma iniciativa que visa aproximar definitivamente a população dos centros de decisão política. Tentou trazer essa iniciativa e tentou fazê-la de uma forma antecipada.*

*Constatou com tristeza, que mais de metade da bancada, apesar de ter feito a mesma proposta no programa eleitoral, nem sequer sabia do que estava a falar.*

*Congratula-se pelo menos, porque isso ficou demonstrado.”*

Vogal Rafael Nevado (CDS/PP) <sup>046</sup>

*“A bancada do CDS/PP nesta Assembleia Municipal, votou contra a proposta de recomendação do orçamento participativo aqui apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda, tendo em consideração: primeiro, o facto da mesma não se encontrar minimamente concretizada; e depois, o facto dessa medida já se encontrar consignada no programa da maioria, na fase de implementação.*

*Votámos contra a proposta que consta do Ponto 4 da ordem de trabalhos, tendo em consideração ainda, o facto da mesma não ter qualquer conteúdo ou metodologias validas e tendo em conta o facto dessa proposta apenas constituir uma pobre declaração de intenções com fins meramente políticos e mediáticos.*

*Por último, sublinhamos que votamos contra aquilo que o Bloco de Esquerda decidiu abusivamente apelidar de proposta e não contra o princípio propriamente dito.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>047</sup>

*“A consubstanciação de um orçamento participativo, deve ser o culminar de um processo de participação activa dos cidadãos no orçamento da câmara municipal.*

*A proposta de recomendação que o Bloco de Esquerda propõe a esta assembleia municipal, em vez de sustentar um conjunto de propostas sobre o modo como este processo deverá decorrer, pretende condicionar a câmara enquanto poder executivo, quanto ao modo de implementação do orçamento participativo e condicionar esta assembleia municipal quanto ao seu sentido de voto em futuros orçamentos.*

*Perante tal proposta, a bancada do PSD só pode votar contra, mau grado considerar que a participação cívica dos cidadãos poderá e deverá passar por uma voz activa que de forma directa ou indirecta se reflecta no orçamento da câmara municipal.”*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) <sup>048</sup>

*“É evidente que o PS está de acordo com a implementação do orçamento participativo, está expectante em relação à própria acção da maioria no sentido de nos apresentar aqui uma proposta de metodologia.*

*Ficou surpreendido pelo atrevimento da ignorância, em relação ao conceito de um orçamento participativo que foi aqui plasmado pelas duas bancadas que suportam a maioria do executivo.*

*Os pressupostos da proposta do Bloco não mereciam o nosso inteiro acordo como é evidente, porque elas não procuravam o consenso.”*

**De seguida o Presidente da Mesa<sup>049</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade<sup>050</sup>, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa<sup>051</sup> deu por encerrada a Sessão Ordinária de Fevereiro de 2010.**

**Eram 23:30 horas do dia 17 de Março de 2010.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:00)